

## A representação dos reis ptolomeus do Egito segundo a tradição clássica

JOANA CAMPOS CLÍMACO<sup>1</sup>

A atual pesquisa de doutorado analisa a representação da Alexandria romana pela tradição clássica entre os séculos I a.C. e II d.C.. O objetivo é tentar entender como essas impressões, de certa forma, refletem algumas preocupações da mentalidade greco/romana com relação à cidade, que era vista nesse período, como uma espécie de ameaça a hegemonia de Roma. Percebe-se que no século I a.C. ocorreu um deslocamento das preocupações relacionadas à cidade, que até então era vigiada por Roma pela importância de seu suprimento de trigo, começou a ser tratada pelas fontes como uma ameaça política. A hipótese do trabalho é que Alexandria começou a ser vista pelos governantes romanos como um foco de problemas. Assim, a intenção é questionar como esses relatos manifestam diferentes posições sobre Alexandria, as vezes em tom de elogio a cidade, as vezes em tom de crítica.

Para entender a percepção da tradição a respeito da tomada do Egito e de sua capital Alexandria pelo império romano em 31 a.C. e a conseqüente transformação do mais rico reino helenístico em província, é interessante analisar a percepção que essas fontes do período romano tinham do período anterior, da era ptolomaica no Egito, e é justamente esse o objetivo da presente comunicação. Ou seja, para entender essa transição, recuaremos um pouco para as narrativas sobre o período ptolomaico para elucidar brevemente a respeito do cenário instável em que a dinastia vivia. Os problemas dos ptolomeus foram “esbarrando” em Roma em busca de resoluções e essa fragilidade foi aproveitada pelo império para incorporar esse rico reino. Assim, acreditamos que para melhor compreender as representações de Alexandria sob o principado, é interessante pontuar algumas ocorrências da era anterior, para melhor entender a visão dos antigos a respeito das relações que estavam se configurando entre o Egito e Roma. Dessa forma, podemos questionar também como Alexandria era

---

<sup>1</sup>A autora é doutoranda em história social na FFLCH na Universidade de São Paulo e orientanda do prof. Norberto Luiz Guarinello. A pesquisa é financiada pela FAPESP.

“posicionada” em relação ao Egito e como os antigos concebiam essa nova entidade em relação ao passado faraônico.

Apesar de o cenário ptolomaico não ser o foco principal da pesquisa, achamos importante destacar como autores do período imperial avaliam a época, pois a visão que se divulgou do passado helenístico é essencial para compreender o contraste que se pretendia estabelecer com o presente romano. Ou seja, o intuito é demonstrar que o período ptolomaico é normalmente descrito em contraste a uma nova era, assim, os autores o trazem a tona para demonstrar os ganhos obtidos a partir dos romanos. Assim, para entender o posicionamento de Roma diante do Egito nos séculos seguintes, precisamos recorrer a esses acontecimentos anteriores, pois acreditamos que eles marcaram a mentalidade romana no sentido de evidenciarem o cuidado exigido com o Egito. Além disso, é necessário entender o ritmo do estreitamento de relações entre os territórios antes de focar na cidade já imperial para compreender também a visão que estava sendo formada e propagada sobre a região. Como Eleanor Huzar explica, a aproximação com o Egito foi gradual e passou por diferentes fases até a anexação direta (HUZAR,1988: 346).

As fontes sobre o período ptolomaico são mais escassas que as do principado, e dependemos de autores que elaboram narrativas posteriores e recorrem à época apenas para demonstrar o papel de Roma na política externa do reino. Assim, praticamente não temos narrativas contínuas sobre o período helenístico. Além disso, trabalharemos as fontes do período ptolomaico a partir do império, ou seja, com narrativas que fazem a avaliação do período helenístico anterior com certo distanciamento, cronológico e/ou espacial, e, portanto, dizem as vezes mais da época em que estão escrevendo do que da época a que se referem. Em outras palavras, nosso direcionamento para entender o período ptolomaico parte de Roma, e por ela é que nos guiamos. De que forma os autores avaliam o momento que os destinos dos dois territórios começaram a se cruzar? A intenção é pontuar alguns episódios descritos pelas fontes para demonstrar como os autores entendem e querem enfatizar que foram os problemas dinásticos dos ptolomeus que alcançaram Roma e exigiram sua presença na resolução.

Apesar de Políbio ser contemporâneo dos ptolomeus e um autor do século II a.C., achamos importante mencioná-lo rapidamente, pois sua visão repercutiu muito nos

escritos posteriores. Além disso, seu relato já está guiado pelo engrandecimento do poder romano fora de Roma. Assim, por ser contemporâneo dos reis, é importante citá-lo para percebermos como em sua época já estava presente a idéia de que a presença dos romanos naquele mundo era necessária para retomar a paz e a ordem, e como tal idéia se fortaleceu nessa tradição.

Como os autores avaliam a inserção do Egito na esfera de governo romana e o fim da era helenística? A idéia central é que se o início do reino helenístico é marcado pelo governo de reis benfeitores, que não mediram esforços em investir e desenvolver Alexandria e estabelecer a autoridade no Egito, o período iniciado no século II a.C. é descrito como uma era de caos que clamou pela presença romana. Ou seja, a partir de Políbio, a visão mais geral é que foi a falta de governabilidade dos ptolomeus que exigiu a presença romana no Egito. Políbio, Tito Lívio e Diodoro de Sicília são as principais fontes que detalham eventos do reinado ptolomaico, apesar de outros autores eventualmente mencionarem alguns episódios pontuais na medida em que começam a se interessar pelas suas repercussões diante de Roma e de sua política externa. Estrabão por exemplo, menciona que quando Políbio foi ao Egito, ficou horrorizado com o estado das coisas por lá, pois “(...) como os reis estavam realizando um mau governo, a prosperidade estava desaparecendo por prevalecer a anarquia (Estrabão, *Geografia*, 17.1.12).”

Em 273 b.C. o Egito estava no auge de sua glória, dominando o equilíbrio de poder entre os reinos helenísticos do Mediterrâneo Oriental. Nesse contexto, Ptolomeu mandou sua primeira embaixada a Roma, provavelmente de olho nos mercados para comercializar. E Roma envaidecida pelo ato, mandou de volta uma embaixada com seus principais cidadãos para Alexandria (HUZAR, 1988, p. 346). Assim, no reino de Ptolomeu II Philadelfo se estabeleceu a *amitia* entre as duas regiões. Esse estreitamento de laços foi renovado em diferentes momentos, principalmente durante as guerras púnicas.

Os egípcios resolveram ficar neutros nas guerras púnicas por interesses econômicos (218-202/149-146). Com a vitória de Roma sobre Aníbal (Cartago) e Felipe (Macedônia), o Senado romano agradece os egípcios por terem mantido a neutralidade e oferecerem apoio caso Felipe tentasse algo no território egípcio. Assim, a relação com

Roma, nesse momento senhora do Mediterrâneo Ocidental, torna-se prioridade na política externa dos ptolomeus (MARLOWE, 1971, p. 139). Sobre a embaixada mencionada, Tito Lívio, que escreveu no séc. I d.C., ressalta que no contexto das guerras púnicas, os três embaixadores romanos foram enviados ao rei para anunciar a derrota de Aníbal e dos cartagineses e para agradecer a Ptolomeu Epifanes, por em um período crítico, quando até aliados mais próximos dos romanos tinham se revoltado, o rei ter permanecido leal. Solicitaram também, caso Roma resolvesse declarar guerra a Filipe, que o Egito preservasse a mesma atitude de antes, ou seja, a neutralidade (Tito Lívio. *Desde a Fundação da Cidade*. 31.2.5). O autor demonstra sua concepção de que a *amitia* entre os territórios estava beneficiando a ambos, romanos e egípcios.

Diodoro de Sicília, que escreveu quando o Egito ainda era independente, mas remetendo ao cenário da terceira guerra púnica, provavelmente em 138 a.C., faz a seguinte avaliação:

*Cipião Africano e seus companheiros embaixadores vieram a Alexandria para pesquisar todo o reino. Ptolomeu acolheu os homens com uma grande recepção e muita pompa, os ofereceu banquetes caros, e os conduziram mostrando seu palácio e outros tesouros reais. Mas os enviados romanos eram homens de virtude superior, e como sua dieta normal era limitada a alguns pratos, e apenas para aqueles que eram bons para a saúde, eles depreciaram essa extravagância como prejudicial tanto para o corpo quanto para a mente. O espetáculo de tudo que o rei considerava maravilhoso eles consideraram como um show a parte sem valor real, mas se ocuparam detalhadamente daquilo que realmente valia: a situação e força da cidade, as características únicas de Faros, então, subindo o rio para Mênfis, a qualidade da terra, e as bênçãos trazidas a ela pelo Nilo, o grande número de cidades egípcias e as myrads não contadas de seus habitantes, a forte posição defensiva do Egito, e a excelência geral do país, que era adequada para providenciar a segurança e a grandeza de um império. E quando estavam maravilhados com o número de habitantes do Egito e as vantagens naturais do terreno, eles se conscientizaram que um poder muito grande poderia ser construído ali, se esse reino algum dia achasse um governante digno.* (Diodoro de Sicília. *Biblioteca Histórica*. 33.28b).<sup>2</sup>

Diodoro enfatiza a sofisticação exagerada e o esbanjamento dos ptolomeus em oposição a moderação e virtuosidade dos romanos. Assim, elabora um contraste entre a grandeza da cidade, seu potencial para organizar um poderio digno, mas sugere que o local não tinha capacidade para isso pela falta de seriedade de seus governantes. O autor escreveu antes de o Egito se tornar província, embora já no contexto de sua grande

---

<sup>2</sup>Todas as traduções foram feitas a partir do inglês, das edições da Loeb Classical Library.

proximidade com Roma, em que se tinha a consciência de sua importância para o império, não só pela riqueza, que ele faz questão de enfatizar, mas pelo poder político que poderia lá se estruturar. Ou seja, percebe-se que seu relato denota um momento em que a questão egípcia já estava sendo muito debatida. O interessante aqui é a percepção de Alexandria como um lugar propenso a se formar um grande império, caso fosse organizado um poder bem estruturado. Fica claro que o autor está usando como referência um poder que ele vivenciava (Roma) e demonstra que se o povo do Egito tivesse consciência de seu potencial, poderia abalar a supremacia romana. Suas palavras podem indicar algum tipo de advertência para que Roma não deixasse nenhum poder significativo se consolidar ali. Diodoro chama a atenção também para a falta de preparo dos governantes do momento, demonstrando que não era esse o poder adequado para o local.

No séc. II, Roma, vitoriosa no Ocidente, volta-se novamente para o Oriente para fortalecer seus vínculos, agora em um momento que o Egito entrava em declínio. Brigas dinásticas, resistência de nativos, uma economia estagnada forçaram o Egito a se recolher externamente. Principalmente as disputas dinásticas pelo trono levaram os ptolomeus a apelar a Roma em busca de resoluções, e sua intervenção em casos específicos foi gradualmente transformando o Egito em um protetorado (HUZAR, 1988: 347).

À medida que Roma espalhava o seu domínio para o Oriente, encontrando resistência de outros reinos helenísticos, o Egito se mantinha fora das hostilidades. Dessa forma, continuou sendo seu aliado; “o protegido” que, aos poucos, foi se tornando protetorado, por isso as relações diplomáticas foram fundamentais para os dois territórios (LEWIS, 1983: 10). Ptolomeu II Filadelfo disputou a posse da Síria com Antíoco I Soter que ascendeu ao governo da Macedônia e seu sucessor, Ptolomeu III Euergetes começou a enfrentar problemas com os selêucidas, do qual saiu vitorioso (MARLOWE, 1971: 47-50). Quando em 210, Ptolomeu V Epifanes, um menino de cinco anos, acendeu ao trono, pareceu a oportunidade perfeita para Antíoco III cercar o trono e desmembrar o império ptolomaico. No entanto, Roma, recém-saída da guerra com Aníbal, manda Antíoco se afastar e este obedece. Uma geração depois, aproveitando-se de uma briga entre os dois irmãos ptolomeus (Ptolomeu VI Filometor e

Ptolomeu VI Euergetes II) pelo trono, Antíoco IV Epífanes (171-168) invadiu o Egito, e esse momento foi o mais próximo que os selêucidas chegaram de conquistar o Egito (LEWIS, 1983: 10 e 11). No entanto, em 168 a.C., depois dos dois lados enviarem embaixadas a Roma pedindo auxílio, Políbio demonstra que a intervenção do senado impediu que Antíoco estabelecesse um protetorado no Egito, e ajudou Ptolomeu a recuperar seu reino. Políbio considera que nesse momento os romanos salvaram o Egito, como resume no seguinte trecho:

*O senado, tendo sido informado que Antíoco tinha se tornado mestre do Egito, e de tudo menos Alexandria, pensando que o engrandecimento deste rei dizia respeito a eles mesmos, despacharam Gaius Popilius e outros para irem como embaixadores para colocar fim na Guerra, e para inspecionar qual era a exata situação das negociações. (Políbio. Histórias 29.2.1)*

Tito Lívio, um autor que se apoiou substancialmente no relato de Políbio, detalha mais o contexto, e destaca como os ptolomeus recorreram a Roma em busca de soluções. O autor deixa claro que a importância dos romanos foi decisiva na resolução do impasse e que Antíoco estava se aproveitando da briga entre os dois irmãos, fingindo tomar partido do Ptolomeu mais velho para cercar o reino. Sob o pretexto de restaurá-lo ao trono, declarou guerra ao mais novo, que tinha tomado posse de Alexandria. Dessa forma, Antíoco “estava quase colocando as mãos num reino muito rico” (Tito Lívio. *Desde a Fundação da Cidade* 44.19.11). Enviados alexandrinos foram a Roma pedir ajuda contra o cerco do rei (Tito Lívio. *Desde a Fundação da Cidade* 44.19.8).

*Reclamando desse ataque, os enviados imploraram ao senado para salvar um reino e um casal real que eram aliados do governo romano. Esses eram os benefícios concedidos para Antíoco pelo povo romano, e tal era sua influência em todos os reis e nações, tal que, se eles mandassem embaixadas para declarar a Antíoco que o senado não queria fazer guerra com reis seus aliados, Antíoco imediatamente partiria dos muros de Alexandria e lideraria seu exército de volta à Síria. Se eles hesitassem em fazer isso, rapidamente Ptolomeu e Cleópatra teriam seu reino roubado e chegariam a Roma com vergonha do povo romano, por eles não os terem ajudado na fase final da sua crise. (Tito Lívio. Desde a Fundação da Cidade 44.19.8)*

Os senadores mandaram então embaixadores para colocarem fim na guerra e ameaçaram que se a querela não terminasse, aqueles que estavam causando o problema (referindo-se a Antíoco) não seriam mais considerados amigos dos romanos. Segundo Lívio, a embaixada partiu para Alexandria depois de três dias para resolver o conflito (Tito Lívio. *Desde a Fundação da Cidade* 44.19.13). O autor demonstra a grandeza do poder romano e como o destino do Egito estava em suas mãos.

Lívio argumenta que o resultado de uma guerra civil entre os irmãos era que o ganhador que sairia desgastado da disputa, ainda não seria páreo para Antíoco, que estava muito fortalecido, pois ao fingir apoiar o Ptolomeu mais velho, já tinha conquistado quase todo o território. Essa percepção do irmão mais velho, de que a sua desunião estava fortalecendo Antíoco, foi aceita pelo irmão mais novo e seus associados. Assim, a paz foi estabelecida por consenso geral, e o Ptolomeu mais velho voltou para Alexandria, sem oposição até por parte da multidão (que tinha proclamado como rei o irmão mais novo), pois a cidade estava esgotada pela escassez de todos os suprimentos (Tito Lívio. *Desde a Fundação da Cidade* 45.11.7). O autor aqui sugere como a própria multidão alexandrina estava descrente de seus líderes e preferia acatar as ordens romanas.

Antíoco decidiu declarar guerra aos dois irmãos mesmo assim e quando tinha cruzado o rio Eleusis, um local a 4 milhas de Alexandria, os enviados romanos o encontraram. Ao se aproximarem, ele os cumprimentou e deu a mão para Popílio, este entregou a ele um decreto do Senado (Tito Lívio. *Desde a Fundação da Cidade* 45.12.3). Ao ler o decreto, Antíoco falou que ia reunir seus amigos e decidir o que fazer. Popílio desenhou um círculo em volta do rei e disse “antes de você sair desse círculo, me dê uma resposta que eu vou devolver ao senado”. Depois de hesitar por um momento, o rei disse que faria o que o Senado estava querendo e desistiu de tomar o Egito. Em seguida, os romanos foram para Chipre, onde expulsaram a frota com a qual Antíoco tinha derrotado os egípcios. Esse famoso episódio que narra a audácia de Popílio é contado posteriormente por muitos autores. Lívio relata ainda que: “Essa embaixada conquistou uma grande reputação entre nações, pois o Egito tinha sido claramente tirado de Antíoco depois que ele já tinha a sua posse, e seu reino ancestral foi restaurado à casa de Ptolomeu” (Tito Lívio. *Desde a Fundação da Cidade* 45.12.8). Além da popularidade da embaixada, o autor ressalta também que os dois cônsules desse ano conquistaram grande reputação por essa atitude corajosa (Tito Lívio. *Desde a Fundação da Cidade* 45.12.9). Os enviados de Ptolomeu agradeceram aos romanos e diziam que deviam mais ao senado romano e ao povo do que aos seus ancestrais e aos deuses imortais, pois tinham sido libertados pelos romanos de um estado de sítio e recuperado seu reino (Tito Lívio. *Desde a Fundação da Cidade* 45.13.5).

Lívio demonstra claramente a fraqueza dos ptolomeus diante de Antíoco, e desse diante de Roma, e, portanto, se aliar a Roma era a única forma de libertação, ou seja, era uma verdadeira salvação para o reino. Assim, se não fosse pela autoridade do senado em resolver a situação, o Egito seria absorvido por outro comando. A narrativa demonstra também a urgência da “questão egípcia” para Roma, pela respeitabilidade conquistada pelos cônsules e pelos envolvidos na trama. Além disso, sugere a pequenez de qualquer reino diante do poder romano, a quem Antíoco facilmente se dobra. O autor entende que no Egito o fato foi uma prova da grande bondade dos romanos.

Flávio Josefo afirma que Antíoco queria tomar o Egito apenas por desejo de conquista e por considerar que seu atual governante era muito fraco. O autor destaca que por ordem romana, Antíoco foi expulso não apenas de Alexandria, mas de todo o Egito, e foi instruído a ficar longe do país (Josefo. *Antiguidades Judaicas*, 12.5.2). Ou seja, por obediência a Roma e a sua autoridade, o Egito foi poupado. Josefo sugere a fraqueza dos ptolomeus em reverterem a situação por conta própria. Assim, se Antíoco é retratado como ambicioso e prepotente, os ptolomeus são caracterizados como governantes passivos e com pouca autoridade.

Mesmo após a retirada de Antíoco, os irmãos continuaram em disputa, levando o senado a intervir novamente. Após descrever o episódio de Popílio, Dion Cássio diz que mesmo depois de os romanos ordenarem a Antíoco para tirar as mãos do Egito, os irmãos continuaram brigando e mais uma vez foram reconciliados por ajuda romana (Dion Cássio. *História Romana*, 20.25). Ou seja, mesmo escrevendo mais de três séculos após os acontecimentos, Dion demonstra a “mão romana” no destino do Egito naquele momento. Nesse sentido, a intervenção imperial foi importante não apenas para a política externa egípcia e para impedir que outro reino incorporasse o Egito, mas para resolver questões internas dos ptolomeus e destes com a sua população.

Percebe-se como os autores tratados até aqui demonstram que a falta de governabilidade egípcia era completa e em todos os setores. As narrativas discutem pouco o porquê de tanto interesse de Roma em se colocar ao lado dos ptolomeus e impedir o avanço de Antíoco. Embora entendamos que naturalmente, um rei que estava se fortalecendo tanto, se tomasse um reino rico como o Egito poderia representar um perigo enorme a Roma. Dessa forma, interessava mais a eles manter e apoiar uma



dinastia frágil, inconstante e em disputa, que para governar precisaria recorrer a Roma com frequência, do que apoiar uma realeza mais ousada e em fortalecimento.

Retirada a ameaça selêucida, a disputa por poder no Egito provocou o conflito por facções em Alexandria, que provavelmente tinha alguma relação com a briga entre os irmãos. O conflito se espalhou para o sul e foi agravado por uma guerra com a Núbia (ROSTOVTZEFF, 1941: 719). Tais embates exigiram novamente a intervenção romana.

Devido a tantas disputas dinásticas e problemas familiares, os autores demonstram como os ptolomeus estavam se tornando extremamente impopulares dentro do Egito, e que essa falta de popularidade e legitimidade dos líderes acabou sendo muito conveniente pra Roma. Em 165 (provavelmente) houve uma revolta dos egípcios em Tebas contra os ptolomeus. Diodoro diz que Ptolomeu, pelo desespero dos egípcios e pela força do local, precisou controlar a região, e depois de muitas dificuldades, conseguiu cercá-la (Diodoro de Sicília. *Biblioteca Histórica* 31.17b.1).

Diodoro também menciona o momento da revolta da população contra Ptolomeu VII Physcon, que matou seus próprios filhos. Diodoro relata sobre a crueldade praticada pelo rei (entre 133 e 131), que teria cometido o assassinato em Chipre para se vingar da repulsa da mulher por ele (o autor o compara a Medéia). Ele afirma que o rei, não contente com seu ato, cometeu uma abominação ainda maior; depois de mutilar o corpo de um dos meninos, mandou um de seus empregados levá-lo a Alexandria e colocar as partes na frente do palácio, para dar de “presente” para sua esposa, Cleópatra II, em seu aniversário. Quando isso foi feito e o acontecimento ficou conhecido por todos, Cleópatra declarou luto e a população se voltou com ódio contra Ptolomeu (Diodoro de Sicília. *Biblioteca Histórica*, 34/35.14.1).

Nos “Dizeres dos romanos” (*Regum et imperatorum apophthegmata* 200.F.2), Plutarco conta que esse mesmo rei mal conseguia andar por causa de seu peso, e que Cipião, numa visita de inspeção a Alexandria, chegou lá de toga e com a cabeça coberta e foi cercado pelos alexandrinos, que insistiram para ele mostrar o rosto. O rei não conseguia os alcançar por causa de sua vida sedentária, assim, Cipião, cochichou para Panateu, que “os alexandrinos já tinham recebido algum benefício de nossa visita, pois

foi por nossa causa que eles conseguiram ver seu rei andar.” Percebe-se como a seleção dos autores para falar dos reis privilegia além da passividade com que governavam, os aspectos bizarros e asquerosos da realeza ptolomaica.

Apiano, nas guerras civis, relata sobre o Ptolomeu arrastado e condenado a morte no ginásio:

*Sulla declarou que Alexandre (o filho de Alexandre o último soberano do Egito), que tinha sido criado em Cós e entregue a Mitrídates pelos habitantes daquela ilha, e tinha fugido para Sulla e se tornado seu íntimo, deveria ser rei de Alexandria. Ele fez isso, pois o governo de Alexandria estava sem um soberano da linha masculina, e as mulheres da casa real queriam um homem da mesma linhagem, e por esperar colher uma grande recompensa de um reino rico. Mas como, Alexandre, confiando em Sulla se comportou de maneira muito ofensiva diante deles, os alexandrinos, no décimo nono dia do seu reinado, o arrastaram do palácio para o ginásio e o condenaram a morte; pois eles também ainda não temiam estrangeiros, tanto pela magnitude do seu próprio governo ou pela inexperiência com relação a perigos externos (Apiano. Guerras Civis, 1.11.102.25).*

Apiano atribui o assassinato do rei ao fato de ser um estrangeiro no governo, mas menciona também terem feito isso por atitudes ofensivas cometidas pelo rei (talvez se referindo a morte de sua esposa). Apesar de o autor não explicar mais sobre o ocorrido, é significativa a atitude dos alexandrinos de assassinar um rei, mesmo que ainda sem legitimidade pelo pouco tempo de governo e por ser considerado um estrangeiro. Apiano sugere a ousadia dos alexandrinos em relação à falta de atitude de seus governantes.

O historiador John Marlowe diz que os alexandrinos fizeram isso, pois esse havia assassinado sua prima-esposa Berenice, com quem ele estava dividindo o trono. Apesar de a tradição proibir uma mulher de governar sozinha, os alexandrinos consideravam Berenice sua representante, enquanto o rei era apenas um “fantoche” estrangeiro colocado no trono por Sulla. Assim, o assassinato da rainha os enfureceu e por isso, procederam com a morte do rei no ginásio. Após a morte do rei, os alexandrinos avaliaram que algo teria que ser feito urgentemente ou os romanos se aproveitariam do vazio no trono para promover a anexação. Ptolomeu XIII foi nomeado, mas era visto com desconfiança pelos alexandrinos e não era reconhecido pelo senado (MARLOWE, 1971: 155).

O arqueólogo André Bernand diz que todas as monarquias conheceram dramas familiares, contudo nenhuma civilização suscitou rivalidades tão sangrentas quanto a dinastia dos ptolomeus (BERNAND, 2001: 28). O autor justifica que o mau comportamento dos alexandrinos talvez tenha surgido como influência do péssimo exemplo que tinham dos seus reis. Assim, as querelas de família teriam alimentado os problemas sociais e as revoltas da população (BERNAND, 2001: 29).

Sob o império, o Egito e principalmente, os alexandrinos são sempre narrados como um povo desordeiro. Assim, faz todo o sentido que essa fama tenha se consolidado também parcialmente em função dos tumultos dos ptolomeus. Dessa forma, devemos ter cautela em sempre descrever o reino ptolomaico como consensual e bem aceito, e que seu fim foi ressentido e motivo suficiente para resistir aos romanos. Os distúrbios da Alexandria romana adquirem outro caráter e os atores em disputa também mudam, como também era outro o pano de fundo. Entretanto, a força e expressividade da multidão alexandrina, e as manifestações de egípcios contra seus reis podem ter ajudado a consolidar a fama do Egito como um local turbulento.

Em 81 o rei Ptolomeu X Alexandre II publicou um testamento designando Roma como herdeira do Egito e de Chipre. A historiadora Livia Capponi argumenta que nesse momento a perspectiva da tomada do Egito se tornou questão de debate público, tanto em Roma quanto em Alexandria, e que a anexação só não ocorreu nessa época por que não se chegava a um acordo em Roma a respeito de quem era o candidato mais adequado para o seu comando (CAPONNI, 1975: 5). A partir desse testamento, e por questões já ressaltadas acima, percebe-se que no século I a aproximação entre Roma e Egito se tornou ainda mais forte, pois os problemas dinásticos se acentuaram e o império começou a intervir progressivamente no comando egípcio. O último século de reinado helenístico foi marcado por conflitos sangrentos, que fragilizaram ainda mais a autoridade da realeza e sua legitimidade. Além disso, o Egito foi se tornando dependente economicamente de Roma, já que vários territórios com as quais ele comercializava eram agora províncias romanas, assim, aos poucos o Egito vai se submetendo ao seu controle direto (MARLOWE, 1971: 150). Roma aproveitou esse momento de fraqueza para estreitar os laços com o reino, através de empréstimos e da intromissão em questões internas, transformando o Egito em um território cada vez mais

dependente e endividado. Assim, os ptolomeus conseguiram continuar governando, mas com o amparo dos romanos, o que foi o primeiro passo para o fim de três séculos de monarquia helenística.

Sob o governo de Ptolomeu XII Auletes começou a ficar evidente que a perda da independência egípcia era apenas uma questão de tempo. O contexto de guerra civil em Roma aumentou a competição pelo território, pois generais gananciosos começaram a ambicionar o apoio do Egito em disputas no Oriente. Quando egípcios e alexandrinos perceberam que o rei Auletes estava agindo como um mero fantoche de Roma, o expulsaram do trono, pois começaram a nutrir uma antipatia pela arrogância e demandas crescentes de Roma (HUZAR, 1988: 347). Ou seja, alexandrinos começaram a dar um basta nas intervenções romanas e se conscientizaram do preço alto que estavam pagando pelas ajudas anteriores e por mais que estivessem conscientes da incompetência de seus reis, tentam buscar resoluções internamente e de forma independente de Roma. Essa recusa por ajuda foi provavelmente mal vista pelos romanos, assim, alexandrinos começam a demonstrar o poder de sua grandeza e de sua multidão, e tentam agir de forma anárquica e independente do seu governo.

Em 59/58 o rei foi expulso do trono e buscou refúgio em Roma. Comprou o reconhecimento romano como aliado e depois só foi restaurado à realeza em 55 por Aulus Gabínio, através de um empréstimo. Marlowe argumenta que os romanos conseguiram devolver Auletes ao trono, mesmo com toda a resistência formada em Alexandria (MARLOWE, 1971: 160 e 161). Na mesma época, a anexação de Chipre pelo senado também enfureceu os alexandrinos (HUZAR, 1988: 347).

Escrevendo nesse contexto em que a tomada do Egito era uma questão de estado urgentíssima, o relato de Cícero talvez seja o mais ilustrativo da importância do assunto, algo que em vida ele nem teve tempo de ver ocorrer efetivamente. Cícero é a fonte mais importante para entender o contexto de saída do rei e para medir o quanto isso repercutiu em Roma, pois repetidas vezes ele menciona a expulsão do rei, sua restituição por Gabínio e a embaixada que foi a Roma protestar contra o retorno do rei e acabou massacrada (*De Haruspicum Responsis* 16.34.11 e *Pro Caelio* 9. 23.10).

Essa embaixada talvez tenha sido a primeira tentativa de resistência de alexandrinos a intervenções romanas e uma importante manifestação contra a autoridade do rei e da decisão romana de restituí-lo ao cargo, ou seja, trata-se de uma resistência dupla (à sua realeza, mas também à Roma). Esse episódio teria servido para confirmar aos romanos a ousadia dos alexandrinos? Os romanos também não mencionam esse episódio para reforçar como os próprios alexandrinos estavam insatisfeitos com seus reis e, portanto, demandavam a presença romana? Se até então os alexandrinos estavam passivamente aceitando as intromissões romanas, pois seus próprios reis não tinham autoridade e punho para governar, talvez essa seja uma primeira tentativa de resistência pelo povo. Ou seja, a multidão alexandrina começa a se dar conta de sua força e de seu poder de governar.

Cícero demonstra um grande encantamento com o Egito e sua principal preocupação parece ser de ordem econômica, pois com frequência menciona a sua riqueza e o quanto seu controle era imprescindível para Roma. Sugere até uma preocupação (obviamente irônica) de que os cidadãos romanos começassem a deixar Roma atraídos pela abundância do Egito. Faz referência ao testamento do Ptolomeu que concedeu o Egito a Roma, com o objetivo de justificar e legitimar a conquista vindoura.

Ao se referir a Auletes nas Leis Agárias, Cícero deixa bem claro que o rei não tinha legitimidade, e que já considerava o Egito propriedade do povo romano (mesmo que ainda existisse um rei no comando). Ressalta ainda sua preocupação sobre o que aconteceria se poucos homens se responsabilizassem pelo seu controle. Como homem público e de influência no poder romano, o relato de Cícero é muito significativo como a expressão de uma parcela expressiva da elite romana. A seguir, demonstra novamente a atratividade do Egito aos romanos, e sua produtividade, mas aqui deixa claro, que apesar do testamento, o Egito ainda não era dos romanos, embora isso fosse apenas uma questão de tempo, já que o testamento do rei deixava isso claro. Cícero sugere também, que caso o rei decidisse ficar no poder, deveria pagar aos romanos, ou seja, continuar governando, mas apenas por permissão romana (Cícero. *De Lege Agraria Contra Rullum* I.-III 2.17.1).”

Cícero diz que ele mesmo tinha uma enorme expectativa de fazer a viagem para o Egito e conhecer Alexandria, algo que não chegou a fazer. Empereur define a sua

vontade de visitar o Egito como uma verdadeira fixação, e acredita que Cícero ilustra bem o surgimento de uma obsessão por parte dos líderes romanos pela ameaça representada por Alexandria (EMPEREUR, 1998, pp. 12 e 13). Ele menciona seu desejo na Carta a Ático (Cícero. *Carta a Ático* 2.5.1.)”

Cícero considerava a possível tomada de Alexandria e do Egito como um prêmio a todos os romanos e deixa claro que a justificativa pelo apreço ao Egito era a riqueza do território. Após chegar a Roma em 57, o senado decreta que o rei Auletes deveria ser reinstalado pelo governador da Cilícia, Lentulus Spinther, a quem dirige sua carta (56 a.C.). Mas Pompeu, também queria fazer parte da empreitada ao lado do governador, o que Cícero era contra, pois dessa forma Pompeu poderia estabelecer uma base no Egito. O senado se opôs, e oportunamente, Catão divulgou (ou inventou) um oráculo dizendo que a expedição representava mau presságio, o que reforçou a oposição de todos. O plano só foi retomado e executado posteriormente por Gabínio, que através de um suborno de 10 mil talentos o colocou de volta no trono.

*(Carta de Cícero a Lentulus Spinther)*

*Como nenhum decreto do senado existe, a questão da restauração do rei de Alexandria foi tirada de suas mãos, e a resolução que foi redigida (e você sabe que foi vetada) ‘que ninguém deveria restaurar o rei’ tem tão pouca força que me parece ser a raivosa explosão de alguns homens, mais do que a medida deliberada de um senado sóbrio, nesse caso você, que tem controle da Cilícia e Chipre, pode claramente estimar o que você pode atingir e obter; e se as circunstâncias parecerem favoráveis de te dar a oportunidade de tomar Alexandria e o Egito, não é uma atitude inconsistente com sua própria dignidade e do nosso império que você deve colocar o rei em Ptolemais ou em alguma região vizinha e proceder com frota e exército a Alexandria, para que quando você tiver pacificado e cercado aquela cidade, Ptolomeu possa retomar o seu reino; para que fique claro que ele foi reinstalado pelo seu apoio, como o senado originalmente havia decidido, e que ele será reinstalado ‘sem um anfitrião’ como era a intenção (de acordo com o partido religioso) do Sibly. (Cícero. Carta a seus amigos. 1.7.4-5)*

C. Rabírio Póstumo era um publicano, usurário e cliente de César, que Ptolomeu já tinha conhecido alguns anos antes em Alexandria, e foi um dos responsáveis pela maior soma emprestada a Ptolomeu para pagar Gabínio. Depois de voltar para Roma, tanto Rabírio, quanto Gabínio foram convocados para julgamento por estas questões, e Cícero foi coagido por seu irmão a defender os dois. Gabínio foi condenado e exilado. Cícero justifica que o rei tinha sido expulso de seu reino, e foi a Roma, e por necessidade apelou a Gabínio, que avaliou que o empréstimo não envolvia riscos, pois

ninguém duvidava que o rei estava em processo de ser restaurado ao trono pelo Senado e pelo povo de Roma (Cícero. *Pro Rabírio Póstumo* 2.4).

Cícero justifica seus motivos para defender Gabínio, que antes era seu inimigo. Aparentemente, o orador fez isso para não se indispor com Pompeu. E fala dos alexandrinos que estavam no julgamento e falavam em defesa de Pompeu. Cícero ressalta a ousadia dos enviados:

*Voltemos àqueles alexandrinos. 'Que audácia descarada a deles?' Outro dia, quando você estava presente no julgamento de Gabínio, eles se manifestavam a cada palavra. Eles declaravam que o dinheiro não tinha sido dado a Gabínio. A evidência de Pompeu foi lida na mesma hora, que ele havia escrito para o rei ele que nenhum dinheiro tinha sido dado a Gabínio a não ser para questões militares. (Cícero. *Pro Rabírio Póstumo* 12.34) (...)*

O autor demonstra no decorrer de toda sua fala que as negociações da cidade já eram responsabilidade dos romanos, e que teria que ficar claro aos alexandrinos que a monarquia só seria restaurada pela boa ação dos romanos.

Nas Guerras Sírias, Apiano ressalta que apesar de Gabínio ter derrotado os alexandrinos e restaurado Ptolomeu XI ao poder, foi banido pelo senado por ter entrado em Alexandria sem sua permissão:

*Então Ptolomeu XI, rei do Egito, que também tinha perdido seu trono, o convenceu com uma grande soma em dinheiro, a voltar suas armas dos partas aos alexandrinos. Gabínio venceu os alexandrinos e restaurou Ptolomeu ao poder, mas foi ele próprio banido do senado por invadir o Egito sem sua autorização, e entrar numa guerra considerada de mau presságio para os romanos e proibida pelos livros sibílicos. (Apiano. *Guerras Sírias*, 11.8.51).*

Tanto em Cícero, quanto em Apiano que escreveu muito anos depois, percebe-se como antes de Augusto, a entrada de autoridades no Egito já era restrita e dependia da aprovação do senado.

Dion Cássio relata em detalhes a situação de Auletes e o porquê de sua expulsão do Egito. O autor afirma que os egípcios estavam furiosos por serem explorados por Ptolomeu, que estava endividado com os romanos, por ter lhes pago grandes somas para garantir o seu reinado e para ser confirmado como aliado de Roma. Além disso, o rei estava explorando os egípcios para pagar suas dívidas. Os alexandrinos estavam furiosos também por ele não tentar conquistar Chipre de volta dos romanos. Como o rei não conseguia convencê-los a ficar quietos, pois não tinha tropas de fora, fugiu do Egito

e foi a Roma, acusando seus compatriotas de o terem expulsado de seu reino. Enquanto isso, o povo de Alexandria, que não sabia que ele tinha partido para a Itália, ou supunham que ele estava morto, colocaram sua filha Berenice, no trono em seu lugar (Dion Cássio. *História Romana* 39.12-13). Quando os alexandrinos descobriram a verdade, mandaram uma embaixada de cem homens ao Egito para contar aos romanos tudo que eles haviam sofrido com o rei. Contudo, o rei descobriu sobre a embaixada antes de eles chegarem. Ao chegar, a embaixada foi massacrada, muitos morreram e outros foram subornados para ficarem calados e nada mencionarem sobre os que tinham morrido. No entanto, o fato se tornou extremamente conhecido fora de Roma (Dion Cássio. *História Romana* 39.15).

Dion enfatiza a facilidade com que Gabínio restaurou o rei ao trono, ou seja, argumenta que diante de Roma os alexandrinos demonstravam fraqueza, contrariamente ao modo que eles agiam diante de seus reis. Dessa forma, o autor destaca a dependência do Egito do apoio romano para resolver suas próprias pendências (Dion Cássio. *História romana* 39.16)

Da mesma forma, como os primeiros ptolomeus são exaltados, o Ptolomeu XII é o mais ridicularizado. Estrabão por exemplo, depois de enumerar toda a sucessão dos Ptolomeus, declara que todos os reis, depois do terceiro, foram corrompidos pela vida luxuosa e fizeram uma má administração, mas os piores foram o quarto, o sétimo e o último, Auletes, o tocador de flauta, que participava de competições no palácio (Estrabão. *Geografia* 17.1.11). Ateneu diz que toda a riqueza do rei Ptolomeu Filadelfo, depois de ser mantida por um período tão longo, foi perdida pelo último Ptolomeu, e realça que esse rei não era um homem, mas um mero tocador de flautas e um jogador (Ateneu *Deipnosophistas*. 5.206d).

Nesse momento praticamente todo o Mediterrâneo, ao menos os maiores reinos, estavam sob influência romana, direta ou indireta, e o Egito era a única exceção, pois preservava sua independência, resultante de dissensões romanas internas e derrotas romanas externas, além das delicadas relações diplomáticas entre os territórios, fazendo que com que eles adiassem o “caso egípcio”. Marlowe argumenta que as preocupações com a guerra civil entre Júlio César e Pompeu deixaram o Egito livre da intervenção romana (MARLOWE, 1971: 163). A dependência de Roma da produção de trigo



egípcia, além da grandeza de Alexandria eram também fatores que adiavam a intervenção direta no Egito. Mas após os tumultos do século I, a questão da tomada do Egito tornou-se prioridade para Roma, com o assassinato de Pompeu em Alexandria, com a guerra de César com os alexandrinos e finalmente, em virtude da relação polêmica entre Cleópatra VII e Marco Antônio. A gota d'água foi provavelmente a obstinada tentativa da rainha de retomar o controle do Egito contando com a ajuda de um romano, que era visto como traidor de Roma.

Percebemos como as fontes da tradição clássica demonstram que o destino do Egito já era responsabilidade romana bem antes de sua tomada oficial e como foram os próprios egípcios e a dinastia caótica dos ptolomeus que solicitaram a interferência de Roma na resolução dos seus assuntos. Os autores demonstram que a tomada do Egito era inevitável em virtude da fraqueza da realeza, e procuram enfatizar como a presença de Roma na cidade foi um ganho comparado ao caos do governo anterior, talvez como forma de legitimar a conquista romana e sua aceitação no Egito, um território ainda muito caro, necessário e polêmico ao império.

## **Bibliografia**

### Fontes Primárias

APPIAN. *Roman History*. 4 vols. Cambridge: Harvard University Press, 1913. (The Loeb Classical Library).

ATHENEUS. *The Learned Banqueters*. 7 vols. Cambridge: Harvard University Press, 2007. (The Loeb Classical Library).

CASSIUS DIO. *Roman History*. 9 vols. Cambridge: Harvard University Press, 1995. (The Loeb Classical Library).

CICERO. 30 vols. Cambridge: Harvard University Press, 1913-2010. (The Loeb Classical Library).

DIODORUS SICULUS. *Library of History*. 12 vols. Harvard: Loeb Classical Library, 1963- 1983.

JOSEPHUS. *Jewish Antiquities*. 8 vols. Harvard: Loeb Classical Library. 1930- 1965.

LIVY. *History of Rome*. 14 vols. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1970 (The Loeb Classical Library).

PLUTARCH. *Moralia*. 17 vols. Cambridge: Harvard University Press, 1924- 2004(The Loeb Classical Library).

POLYBIUS. *The Histories*. 6 vols. Cambridge: Harvard University Press, 1925-2011. (The Loeb Classical Library).

STRABO. *Geography*. 8 vols. Harvard: Loeb Classical Library, 1927- 1954.

#### Fontes Secundárias

BERNAND, André. *Alexandrie des Ptolémées*. Paris: CNRS Éditions, 1995, 2001.

CAPPONI, Livia. *Augustan Egypt: The Creation of a Roman Province*. New York and London: Routledge, 1975.

EMPEREUR, Jean-Yves. *Alexandria rediscovered*, London: Harcover, 1998.

HUZAR, Eleanor G. “Augustus, Heir of the Ptolemies” in: HAASE, Wolfgang e TEMPORINI, Hildegard. (eds.) *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt* II.10.1. Berlin/ New York: Walter de Gruyter, 1988. Pp. 343-382.

LEWIS, Naphtali. *Life in Egypt under Roman rule*. Oxford/ New York: Oxford University Press, 1983.

MARLOWE, John. *The Golden Age of Alexandria*. London: Victor Gollancz, 1971.

ROSTOVTZEFF, *Social & Economic History of the Hellenistic World*. 3 vols. Oxford: Clarendon Press, 1941.